



## Editorial

É com orgulho e muito trabalho que apresentamos a nova edição do periódico E-Hum em comemoração aos 50 anos do Centro Universitário de Belo Horizonte – UNIBH. Neste número vinculamos uma revista diversificada em temáticas. O artigo “abre alas” refere-se à gestão democrática nas instituições de ensino público. A partir do pensamento de István Mészáros analisa-se a educação para além das concepções capitalistas. A segunda contribuição envereda pelos significados da arte, propõe uma discussão sobre as bases conceituais da arte contemporânea entre as suas diferentes formas e linguagens. Seguindo a sequencia das contribuições, a questão da identidade entra em foco. Busca-se, a partir das concepções marxistas, uma identidade para América Latina na pós-modernidade. Também a partir de referenciais marxistas as religiosidades e desigualdades sociais entram no centro da análise. Assim, fechando a seção de artigos livres, a prática religiosa da umbanda é vista como um fazer social. Para finalizar completamos esse número com a Seção Dossiê organizado pelo professor Raul Amaro de Oliveira Lanari cujo objetivo é falar sobre os intelectuais, ou melhor, um determinado grupo de pessoas que querem colocar suas ideias em uso, propagar, persuadir e transformar o mundo ao seu redor. Na confiança de que estamos trilhando os caminhos corretos para a revista apresentamos, com prazer, o dossiê temático sobre “História, política e intelectuais”, o primeiro a integrar a Revista E-Hum, do Instituto de Educação do UNI-BH. A alegria se deve a diversos fatores. Em primeiro lugar, por simbolizar uma nova etapa do periódico, que procura se adequar às normas exigidas pelas agências avaliadoras e aprimorar seus instrumentos de apresentação dos conteúdos divulgados. Em segundo lugar, por se tratar de uma temática plural, interdisciplinar, que agrega contribuições vindas da história, sociologia, ciência política e das letras.

Seguindo, festejamos a contribuição de novos pesquisadores, mestrands, mestres e doutorandos, responsáveis por estudos que resultarão em dissertações e teses relevantes dentro do campo de pesquisa dos intelectuais. As abordagens das contribuições enviadas analisam a produção intelectual de Oswald de Andrade; a influencia de um modernismo academicista e boêmio em Sergio Buarque de Holanda; a proposta de um projeto (pan) americanista da revista “Del Colegio de Abogados de Buenos Aires” dirigida por Enrique Gil; a história de um pensamento monarquista católico implementado pelos jesuítas no início do período republicano; ou mesmo, os intelectuais a partir da análise dos documentos que compõem os chamados “arquivos pessoais”. Por fim, é possível ver nestes temas uma das grandes agendas de pesquisa consolidadas desde a década de 1980 no âmbito dos estudos históricos, com especial destaque naquilo que se denominou de surgimento de uma “nova história política”.

Falemos um pouco mais a respeito do tema do dossiê. Quem são os intelectuais? O que distingue este grupo social? As respostas a estas perguntas são buscadas desde que o termo se consolidou, na França dos últimos anos do século XIX. Segundo os primeiros “defensores”, os intelectuais seriam os defensores de valores universais como a “justiça”, a “verdade” e a “liberdade”, fazendo uso da palavra para denunciar as arbitrariedades dos poderes constituídos. Como bem salienta Christophe Charle, esta emergência pública dos intelectuais teria sido marcada por três bandeiras primordiais: a reivindicação do direito ao escândalo ao se constatar uma falta para com a verdade, a afirmação do direito à organização para o protesto e a reivindicação de uma legitimidade de suas falas a partir dos títulos ligados aos saberes. Os intelectuais seriam, portanto, um grupo de agentes reunidos em torno de concepções morais, com um forte senso de dever fundado no exercício de práticas profissionais ligadas aos saberes que se consolidavam na virada do século XIX para o XX.

Manifestação pela palavra, organização e conhecimento - três fatores primordiais para a definição dos “intelectuais”. Eles teriam sido possibilitados pela confluência de fenômenos como o aprimoramento das técnicas e do capitalismo editorial, o aumento das políticas de alfabetização na Europa ocidental, a laicização dos saberes e o desenvolvimento das instituições científicas. A “esfera pública” de discussão passa por uma ampliação em seu tamanho, gerando uma demanda por discussão de ideias que fomentou a atividade dos novos “intelectuais”. Estes, por sua vez, viam-se diante da possibilidade de viverem da própria palavra, valorizando sua “independência” como fator primordial para o exercício da crítica. O “intelectual” surgido na França da virada do século XIX para o XX era uma espécie de



“paladino” das causas universais, não devendo associar sua ação às instituições ligadas ao poder.

A consolidação de um “modelo francês” de intelectual nas primeiras décadas do século XX não afasta a constatação de que o fenômeno transbordou fronteiras nacionais e passou a ser observado em diversas regiões do globo, especialmente aquelas atingidas pela ocidentalização dos costumes. Não anula, tampouco, o fato de ter existido também uma forte corrente “anti-intelectual”, especialmente da tradição anglo-saxônica. De toda forma, é possível identificar na primeira metade do século XX uma espécie de “época de ouro” dos intelectuais no mundo ocidental. Profissionais do discurso e do pensamento, eles ganhavam destaque nos estudos acadêmicos dedicados ao que na época se convencionou chamar de “História das ideias”. Este campo de estudos se caracterizou pela construção de grandes linhagens de autores reunidos em torno de teorias e escolas (filosóficas, políticas, literárias), num processo de construção de tradições de pensamento de longa duração. Autor e obra eram partes indissociáveis do esforço produtivo no campo das ideias, e logo se desenvolveu um método de análise que buscava as “intenções” dos autores e os nexos internos de suas obras.

No entanto, os intelectuais não foram apenas escritores. Agentes sociais dedicados ao exercício do pensamento, eles adentraram a arena política tão logo despontaram nos jornais como críticos dos poderes instituídos. Afastados do Estado, no caso francês, eles exerciam grande pressão contra o que consideravam opressivo e injusto. No entanto, em outros contextos nacionais, estes intelectuais buscaram justamente o Estado para a realização de suas propostas. Assim, ao analisarmos suas atividades ao longo do tempo é possível encontrá-los nas repartições, comissões e até em ministérios. Para além de personagens de uma “História das Ideias”, os intelectuais também podem ser encarados como agentes políticos privilegiados na construção dos Estados Nacionais e dos nacionalismos modernos desde o final do século XIX até, pelo menos, a década de 1970.

A identificação desta nova dimensão da atividade intelectual, no entanto, custou a integrar as análises acadêmicas. Seja na tradição da história das ideias, seja na tradição da escola marxista que identificava nos intelectuais atores centrais para a consolidação das ideologias (porém, em grande medida, identificados com a pequena burguesia reformista), o foco das análises era a consolidação das ideias, as polêmicas entre os autores, as correntes de pensamento. No campo histórico, por sua vez, os resultados do surgimento de uma “história social” a partir da Escola dos Annales acabaram por obscurecer o campo de estudo dos intelectuais, associado ou à antiga História das Ideias ou a uma história política centrada nos grandes homens.

Somente a partir da década de 1970 os intelectuais voltaram à pauta de pesquisa, dessa vez devido ao desenvolvimento da sociologia das elites impulsionado pela obra de Pierre Bourdieu. Seus estudos contribuíram com o postulado que os intelectuais integravam um cenário mais amplo formado pelos jogos de poder existentes nas sociedades modernas, reivindicando para si autoridade decorrente das instâncias produtoras de conhecimento. Saber e política se misturam, ideias e sociabilidades também. Os intelectuais, para Bourdieu, são homens em contato, são concordâncias e discordâncias, intrigas e disputas. A construção de um “campo” intelectual teria como premissa uma relativa autonomia do campo do poder, mas essa autonomia não afastaria a dimensão política da ação destes homens e mulheres em seus contextos sociais específicos. Trajetória, estratégia e sociabilidade passam a ser conceitos-chave na análise da ação dos intelectuais a partir das formulações de Bourdieu, abrindo uma nova seara para os pesquisadores da história política.

Além da contribuição da obra de Pierre Bourdieu, é impossível não citar a recuperação dos escritos de Antônio Gramsci que deram origem ao livro “Os intelectuais e a organização da cultura”, no qual o autor associa este grupo social aos embates pelo predomínio de representações sobre a política e o poder, parte importante da dinâmica de afirmação das ideologias. As análises de Gramsci sobre os “intelectuais orgânicos” foi recuperada por autores herdeiros da tradição marxista, reorientando o olhar crítico sobre os intelectuais e aprofundando a análise sobre os mesmos. Para além do papel de “construtores de ideologias”, de manipuladores das massas, os intelectuais passarão a ser vistos como agentes da hegemonia, dimensão fundamental para a construção social dos regimes políticos.

Duas correntes de análise que despontaram nas décadas de 1970 e 1980 contribuíram para a retomada do estudo dos intelectuais. O grupo de pesquisadores ingleses reunidos na chamada “Escola de Cambridge”, dos quais se destacaram J.G.A. Pocock e Quentin Skinner, propôs a análise das “lin-

guagens políticas” que formam a comunidade de sentidos compartilhada pelos membros da sociedade. Nesse sentido os intelectuais foram tratados como participantes, ao mesmo tempo, de círculos mais amplos do pensamento – tradições teóricas e institucionais, doutrinas políticas – e de comunidades mais restritas, ligadas às questões que os diferentes contextos históricos apresentaram a estes agentes sociais. Skinner inovou ao trabalhar com as linguagens políticas como fenômenos historicamente localizados, não podendo ser analisados a partir de um estudo “interno” das obras. Os autores, para Skinner, escrevem em locais e períodos específicos, a partir de dilemas de seus presentes históricos que são descritos e interpretados a partir de linguagens consolidadas e de longa duração. Pocock, por sua vez, evidencia a dívida com o pensamento de Skinner ao falar em uma *langue* – comunidades mais amplas, formadas pelas tradições do pensamento, que articulam a forma como os homens leem e interpretam o mundo político e social – e *parole* – a performance discursiva dos agentes nos diferentes presentes históricos, as articulações que reafirmam a tradição ou inovam a partir de sua apropriação plural e imprevisível dos elementos existentes no repertório das linguagens políticas. O surgimento de uma “História dos Conceitos” a partir das análises de Reinhart Koselleck consolidou o aprofundamento dos estudos sobre as comunidades de sentidos integrantes do universo político e social habitado pelos intelectuais. Koselleck se propõe navegar entre a história social e a genealogia das palavras, especialmente aquelas que servem de vetores das redes discursivas que representam o mundo na linguagem.

Estes “fatos novos” contribuíram para o ressurgimento dos intelectuais como foco de análise dos estudiosos e a ampliação das possibilidades de pesquisa. Uma nova agenda despontou entre sociólogos, historiadores e cientistas políticos. O estudo dos intelectuais avançou na fronteira entre a história política, a história social, a sociologia das elites, a história das linguagens políticas e a história dos conceitos. As contribuições tornaram claro o erro cometido por aqueles que insistiram em separar uma dimensão “interna” de outra “externa” das obras e dos autores integrantes dos grupos intelectuais. Os novos pesquisadores que despontaram nas décadas de 1980 e 1990 passaram a se dedicar a temas mais amplos que os abordados pela tradicional história das ideias. Importava, agora, não apenas o que era dito pelos intelectuais, mas também como era dito: os suportes das ideias (livros, jornais, revistas, manifestos, cartas, diários, biografias), as estratégias para a difusão desses discursos (relações editoriais que envolvem os personagens do “circuito dos livros”, como editores, revisores, tradutores e críticos), as interações entre os indivíduos que integravam os diferentes círculos intelectuais (exercício de cargos públicos ou na imprensa, afinidades e repulsas, discussões, intrigas, negociações) e, principalmente, seu público (a ressonância e as reapropriações do que era dito pelos intelectuais).

É a partir desta nova agenda de temas que se organizaram os diversos grupos de pesquisa, na Europa, Estados Unidos e América do Sul, para tentar entender a contribuição dos intelectuais para a dinâmica social a partir de referenciais teórico-metodológicos menos ortodoxos e mais próximos de uma perspectiva interdisciplinar. Segundo Jean-Françoise Sirinelli, um dos maiores expoentes da chamada “Nova História Política” dedicado ao estudo dos intelectuais, este grupo social teria como principal característica a heterogeneidade e fluidez. Os contornos pouco nítidos das peculiaridades dos intelectuais levaria, conseqüentemente, a múltiplas formas de aproximação com o tema. Despontam conceitos como os de “redes de sociabilidade”, “microclimas” e “gerações” que, por sua vez, levam os pesquisadores aos acervos privados, aos documentos que recuperem a vida cotidiana destes agentes sociais, seus contatos, tudo aquilo que possa lançar luz ao longo trajeto que leva as ideias ao papel e, depois, transforma os textos em livros e os livros em discussões públicas.

Aqui no Brasil os estudos sobre os intelectuais despontaram na década de 1980 a partir de alguns núcleos acadêmicos em especial. É possível destacar a produção do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas, responsável pelo aprofundamento das análises sobre a participação dos intelectuais no Estado nas décadas de 1920, 30, 40 e 50. A Fundação Casa de Rui Barbosa, por sua vez, contribuiu para o estudo das correntes literárias das últimas décadas do século XIX e das primeiras do século XX, se tornando grande referência na preservação e estudo dos acervos pessoais de escritores e



burocratas. Grupos de pesquisa sediados em universidades como a UERJ, UFRJ, USP, UFMG e UNICAMP consolidaram os estudos sobre os intelectuais e o pensamento político e social brasileiro no Império e na República. Na renovação dos estudos de história política, a análise de outras linguagens que não a tradicional – cartuns, charges, música, cinema – contribuíram para aumentar o leque de possibilidades de abordagem do tema “intelectuais”, relativizando a fronteira entre imagem e texto, entre o acadêmico e a cultura de massas. Atualmente os estudos sobre os intelectuais são parte importante da produção acadêmica brasileira, com dissertações e teses defendidas ano após ano, em número crescente. Congressos nacionais e internacionais têm sido organizados frequentemente para a apresentação das pesquisas e a discussão da relevância do tema para as questões do presente.

Os artigos que compõem este dossiê deixam clara essa multiplicidade de enfoques. Não esteve entre os objetivos dos organizadores a adoção de uma direção unívoca para as análises. A maioria dos textos fala sobre o cenário brasileiro, porém a presença de artigos que tratam do contexto argentino mostram como também é possível trabalhar os intelectuais a partir da ideia de “histórias conectadas”, identificando os temas que ultrapassaram as fronteiras nacionais e formaram as linguagens políticas de regiões específicas do mundo. Esperamos que o leitor desfrute de análises realizadas por pesquisadores jovens e dedicados a seus estudos de mestrado e doutorado. São textos, portanto, que apresentam resultados de pesquisas atuais e reflexões “frescas”, saindo do forno. Se, ao final da leitura, restar no leitor interesse em aprofundar seus estudos sobre a ação dos intelectuais, nosso objetivo terá sido cumprido.

 <http://orcid.org/0000-0001-8013-7645>

Rangel Cerceau Netto  
Editor Chefe da Revista e-hum



Raul Amaro de Oliveira Lanari  
Organizador do Dossiê: História, política e intelectuais da Revista e-hum